

**HABEAS CORPUS Nº 465.436 - SC (2018/0213259-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : CAMILA GIRARDI BORGES  
**ADVOGADOS** : LUIZ PAULO RAMOS - SC031803  
CAMILA GIRARDI BORGES - SC033727  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO  
**PACIENTE** : SERGIO ALVES DE ANDRADE (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de SÉRGIO ALVES DE ANDRADE, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (HC n. 5021156-77.2018.4.04.0000).

Extraí-se da inicial que o paciente foi preso em flagrante delito, por prática do crime previsto no art. 334 do Código Penal (contrabando de cigarros). Encaminhado o auto do flagrante à Justiça Federal, foi decretada a prisão preventiva do paciente pelo Juízo da Justiça Federal de Caçador/SC.

A defesa impetrou ordem de *habeas corpus* perante o Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Antes do julgamento do *writ*, o Juízo Federal de primeiro grau declinou de sua competência para a Justiça Estadual de Videira/SC, no qual a defesa apresentou pedido de liberdade provisória.

Ante a demora no julgamento do pedido de liberdade provisória, a defesa impetrou novo *habeas corpus*, desta vez perante o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, o qual proferiu decisão no sentido de que a competência para o julgamento do feito é da Justiça Federal, não conhecendo do *writ* e não determinando seu encaminhamento à Justiça Federal (fls. 29/34).

O Tribunal Regional Federal, por sua vez, julgou prejudicado o *habeas corpus* ali impetrado, em razão da declinação de competência (fls. 23/28).

No presente *mandamus*, alega a defesa a ocorrência de excesso de prazo para a formação da culpa, considerando-se que o paciente está *preso preventivamente há 96 dias, desde o dia 18/05/2018, sem sequer ter sido denunciado formalmente, em decorrência de processo em que, caso condenado, fatalmente terá eventual pena*

*privativa de liberdade substituída por restritiva de direitos* (fl. 4).

Requer, em liminar e no mérito, a suspensão da decisão de prisão preventiva e a expedição de alvará de soltura.

Deferido o pedido de liminar para determinar o julgamento da impetração originária pelo TRF da 4ª Região (fls. 42/43) e prestadas as informações solicitadas (fls. 49/51); o Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem apenas para confirmar a liminar anteriormente deferida (fls. 54/57).

É o relatório.

Decido.

O feito está prejudicado.

Isso porque o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao julgar o mérito do *mandamus* lá ajuizado, concedeu parcialmente a ordem nos termos do acórdão assim ementado:

*HABEAS CORPUS. CONTRABANDO DE CIGARROS. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. INDEFINIÇÃO A RESPEITO DA COMPETÊNCIA PARA A AÇÃO PENAL. REVOGAÇÃO DO DECRETO. POSSIBILIDADE NO CASO CONCRETO.*

*1. Por decisão do STJ nos autos do HC nº 465.436/SC, diante da indefinição a respeito da competência para processamento e julgamento da ação penal, examina-se o mérito da impetração.*

*2. Não obstante a decisão inicial, que indeferiu o pedido de liminar, passados quase 120 (cento e vinte) dias da decretação da prisão preventiva sem que se tenha uma definição a respeito da competência para o processamento da ação penal, objeto de discussão no CC nº 159.805/SC, suscitado perante o STJ, impõe-se a revisão da referida decisão, a fim de que seja concedida ao paciente a liberdade provisória mediante o cumprimento de medidas cautelares alternativas à prisão, consistente no pagamento de fiança no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), em face da reiteração delitiva, e no uso de tornozeleira eletrônica.*

*3. Ordem de habeas corpus parcialmente concedida.*

Dessa forma, inegável a perda superveniente do objeto do feito, tendo em vista a revogação da prisão preventiva.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, com base no art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator